



Prefeitura Municipal de Penápolis

Administração 2009 / 2012

LEI Nº 1798, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

“Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Ambiental e o Plano Municipal de Saneamento Ambiental de Penápolis.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PENÁPOLIS
faço saber que a Câmara Municipal de Penápolis decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I **Da Política Municipal de Saneamento Ambiental**

CAPÍTULO I **Das Disposições Preliminares**

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Ambiental tem por finalidade garantir a salubridade do território urbano e rural e o bem estar ambiental de seus habitantes.

Art. 2º A Política Municipal de Saneamento Ambiental será executada, em programas, projetos e ações, de forma integrada, planejada, em processo contínuo, e obedecendo as disposições contidas na presente Lei e nos procedimentos administrativos dela decorrentes.

Art. 3º A salubridade ambiental, indispensável à segurança sanitária e à melhoria da qualidade de vida, é direito e dever de todos e obrigação do Município, assegurada por políticas públicas sociais, prioridades financeiras e eficiência gerencial que viabilizem o acesso universal e igualitário aos benefícios do saneamento.

Art. 4º Fica vedado o regime de concessão ou permissão dos serviços de saneamento ambiental cabendo ao Município organizar e prestar diretamente os serviços, conforme já dispõe a Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. A gestão, entendendo como a planificação, organização e execução da Política Municipal de Saneamento Ambiental são de responsabilidade do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis - DAEP podendo fazê-lo de forma direta ou através de terceiros.

Art. 5º O Município poderá realizar programas conjuntos com a União, Estado e outras instituições públicas, mediante convênios de mútua cooperação, assistência técnica e apoio institucional, com vistas a assegurar a operação e a administração eficiente dos serviços de saneamento ambiental.

Art. 6º Para a adequada execução dos serviços públicos de saneamento, deles se ocuparão profissionais qualificados e legalmente habilitados.



Prefeitura Municipal de Penápolis

Administração 2009 / 2012

Art. 7º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - Salubridade Ambiental, como o estado de qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente e de promover as condições ecológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar da população urbana e rural;

II - Saneamento Ambiental, como o conjunto de ações que visam alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio do abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, prevenção e controle do excesso de ruídos, drenagem urbana, controle de vetores de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializados.

III - Saneamento Básico, como o conjunto de ações entendidas fundamentalmente como de saúde pública, compreendendo o abastecimento de água em quantidade suficiente para assegurar a higiene adequada e o conforto com qualidade compatível com os padrões de potabilidade; coleta, tratamento e disposição adequada dos esgotos e dos resíduos sólidos, drenagem urbana das águas pluviais e controle ambiental de roedores, insetos, helmintos e outros vetores transmissores e reservatórios de doenças.

SEÇÃO II Dos Princípios

Art. 8º A Política Municipal de Saneamento orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - A prevalência do interesse público e coletivo sobre o privado e particular;

II - A prevalência das questões sociais sobre as econômicas na sua gestão;

III - A melhoria contínua da qualidade ambiental;

IV - O combate à miséria e seus efeitos prejudiciais à saúde individual e à salubridade ambiental;

V - A participação social nos processos de planificação, gestão e controle dos serviços;

VI - A universalização, a equidade e a integralidade dos serviços de saneamento ambiental.

SEÇÃO III Das Diretrizes Gerais



Prefeitura Municipal de Penápolis

Administração 2009 / 2012

Art. 9º A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - Administrar os recursos financeiros municipais, ou de transferências ao setor, obtendo-se eficácia na melhoria da qualidade ambiental e na saúde coletiva;

II - Desenvolver a capacidade técnica em planejar, gerenciar e realizar ações que levem à melhoria da qualidade ambiental e da capacidade de gestão das instituições responsáveis;

III - Valorizar o processo de planejamento e decisão, integrado a outras políticas, sobre medidas preventivas ao uso e ocupação do solo, escassez ou poluição de mananciais, abastecimento de água potável, drenagem de águas pluviais, disposição e tratamento de efluentes domésticos e industriais, coleta, disposição e tratamento de resíduos sólidos de toda natureza e controle de vetores;

IV - Coordenar e integrar as políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo tanto a nível municipal como entre os diferentes níveis governamentais;

V - Considerar as exigências e características locais, a organização social e as demandas sócio-econômicas da população;

VI - Buscar a máxima produtividade e excelência na gestão dos serviços de saneamento ambiental;

VII - Respeitar a legislação, normas, planos, programas e procedimentos relativos ao saneamento ambiental, saúde pública e meio ambiente existentes quando da execução das ações;

VIII - Incentivar o desenvolvimento científico na área de saneamento, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

IX - Adotar indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento;

X - Promover programas de educação ambiental e sanitária, com ênfase em saneamento ambiental;

XI - Realizar investigação e divulgação sistemáticas de informações sobre os problemas de saneamento e educação sanitária;

XII - Dar publicidade a todos os atos do gestor dos serviços de saneamento ambiental, em especial, às planilhas de composição de custos e as de tarifas e preços.



Prefeitura Municipal de Penápolis

Administração 2009 / 2012

CAPÍTULO II Do Sistema Municipal de Saneamento Ambiental

SEÇÃO I Da Composição

Art. 10. A Política Municipal de Saneamento Ambiental contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Ambiental de Penápolis.

Art. 11. O Sistema Municipal de Saneamento Ambiental de Penápolis fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para propor políticas, estratégias e ações de saneamento ambiental.

Art. 12. O Sistema Municipal de Saneamento Ambiental é integrado pelos seguintes órgãos:

- I - Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis - DAEP;
- II - Secretaria Municipal de Saúde;
- III - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente;
- IV - Secretaria Municipal de Educação;
- V - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- VI - Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Lajeado.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Ambiental de Penápolis contará com os seguintes instrumentos e ferramentas de gestão:

- I - Conselho Gestor do Saneamento Ambiental;
- II - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental;
- III - Plano Municipal de Saneamento Ambiental;
- IV - Fórum de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente de Penápolis;
- V - Sistema Municipal de Informações em Saneamento.

SEÇÃO II Do Conselho Gestor do Saneamento Ambiental



Prefeitura Municipal de Penápolis

Administração 2009 / 2012

Art. 14. Fica criado o Conselho Gestor do Saneamento Ambiental, órgão colegiado consultivo e deliberativo, lotado junto ao DAEP.

Parágrafo único. Cabe ao DAEP propiciar as condições físicas e funcionais para bom desempenho do Conselho Gestor.

Art. 15. Compete ao Conselho Gestor:

I - Auxiliar na formulação, planificação e execução da política de saneamento ambiental, propor estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar a sua execução;

II - Opinar e dar parecer sobre projetos de leis que estejam relacionados à Política Municipal de Saneamento Ambiental, assim como convênios;

III - Emitir parecer sobre propostas de alteração da Política Municipal de Saneamento Ambiental;

IV - Propor metas e ações relativas à cobertura e qualidade dos serviços de água potável e esgotamento sanitário de forma a garantir a universalização do acesso;

V - Propor metas e ações relativas à cobertura e otimização dos serviços de resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de vetores;

VI - Propor a convocação e estruturar a comissão organizadora do Fórum de Saneamento Ambiental;

VII - Exercer a supervisão de todas as atividades do DAEP, dando opiniões e sugestões;

VIII - Propor mudanças no Regulamento e Regimento Interno do DAEP;

IX - Aprovar balancetes mensais e emitir parecer em relação ao orçamento anual proposto pela Direção do DAEP;

X - Avaliar e aprovar os Indicadores constantes do Sistema Municipal de Informações em Saneamento;

XI - Emitir parecer em relação as tarifas, taxas e preços, assim como subsídios propostos pela Direção do DAEP;

XII - Emitir parecer sobre a criação e aplicação de fundos de reservas e especiais;

XIII - Propor normas de transferências das dotações orçamentárias;

XIV - Examinar propostas e denúncias e responder a consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saneamento;



Prefeitura Municipal de Penápolis

Administração 2009 / 2012

XV - Elaborar proposta de seu Regimento Interno;

XVI - Propor diretrizes para a formulação de programas de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental;

XVII - Propor diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental;

Art. 16. O Conselho Gestor do Saneamento Ambiental, órgão colegiado e paritário entre representantes do Poder Público (50%) e dos usuários (50%) será constituído pelos seguintes membros:

I – Diretor Presidente do DAEP;

II - Um representante da Polícia Ambiental;

III - Três representantes do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis (setor administrativo, setor técnico e setor operacional);

IV - Um representante do Consórcio Intermunicipal Ribeirão Lajeado;

V - Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente de Penápolis;

VI - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde de Penápolis;

VII - Um representante da Secretaria Municipal de Educação de Penápolis;

VIII - Um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços de Penápolis;

IX - Um representante da Ordem de Advogados do Brasil (OAB);

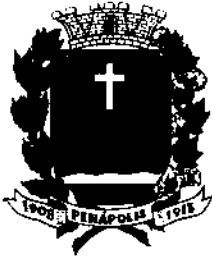
X - Um representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Penápolis (AEA Penápolis);

XI - Um representante da Associação Comercial e Empresarial de Penápolis (ACE Penápolis);

XII - Um representante das entidades assistenciais;

XIII - Seis representantes dos usuários residenciais eleitos diretamente, durante a realização do Fórum de Saneamento e Meio Ambiente.

SEÇÃO III
Do Plano Municipal de Saneamento Ambiental



Prefeitura Municipal de Penápolis

Administração 2009 / 2012

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Ambiental do Município de Penápolis destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, é o instrumento essencial para o alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Art. 18. O Plano Municipal de Saneamento Ambiental será quadrienal e conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

I - Diagnóstico situacional sobre a salubridade ambiental do Município e de todos os serviços de saneamento, por meio de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, sociais, econômicos e de gestão;

II - Definição de diretrizes gerais, através de planejamento integrado, considerando outros planos setoriais e regionais;

III - Estabelecimento de metas e ações de curto e médio prazo;

IV - Definição dos recursos financeiros necessários, das fontes de financiamento e cronograma de aplicação, quando possível;

V - Programa de investimentos em obras e outras medidas relativas à utilização, recuperação, conservação e proteção dos sistemas de saneamento, em consonância com o Plano Plurianual da Administração Municipal.

Art. 19. O Plano Municipal de Saneamento Ambiental será revisto a cada dois anos, durante a realização do Fórum de Saneamento e Meio Ambiente, tomando por base os relatórios sobre a salubridade ambiental.

§ 1º Os relatórios referidos no "caput" deste artigo serão publicados até 28 de fevereiro de cada dois anos pelo Conselho Gestor de Saneamento Ambiental, reunidos sob o título de "Situação de Salubridade Ambiental do Município".

§ 2º O relatório "Situação de Salubridade Ambiental do Município", conterá, dentre outros:

I - Avaliação da salubridade ambiental das zonas urbana e rural;

II - Avaliação do cumprimento dos programas previstos no Plano Municipal de Saneamento Ambiental;

III - Proposição de possíveis ajustes dos programas, cronogramas de obras e serviços e das necessidades financeiras previstas;

SEÇÃO IV

Do Fórum de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente



Prefeitura Municipal de Penápolis

Administração 2009 / 2012

Art. 20. O Fórum de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente reunir-se-á a cada dois anos, durante o mês de março, com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saneamento ambiental e meio ambiente e propor diretrizes para a formulação da Política Municipal de Saneamento Ambiental.

Art. 21. O Fórum será convocado pelo Departamento de Água e Esgoto de Penápolis - DAEP ou, extraordinariamente, pelo Conselho Gestor de Saneamento Ambiental.

§ 1º A representação dos usuários no Fórum de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

§ 2º O Fórum de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente terá sua organização e normas de funcionamento previstas em regimento próprio, aprovadas pelo Conselho Gestor do Saneamento Ambiental e submetidas ao Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO V

Do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

Art. 22. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, destinado a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos da Política Municipal de Saneamento Ambiental previstos nesta Lei.

Art. 23. Constitui receita do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental:

- I - Recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;
- II - De fundos estaduais e federais, inclusive orçamentários do Estado e da União;
- III - Transferência de outros fundos do Município e do Estado para a realização de obras de interesse comum;
- IV - Parcelas de amortização e juros dos empréstimos concedidos;
- V - Recursos provenientes de doações ou subvenções de organismos e entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;
- VI - Recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre governos;
- VII - As rendas provenientes das aplicações dos seus recursos;
- VIII - Recursos eventuais;
- IX - Outros recursos.



Prefeitura Municipal de Penápolis

Administração 2009 / 2012

SEÇÃO VI DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 24. Fica criado o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Ambiental, cujas finalidades, em âmbito municipal, serão:

I - Constituir banco de dados com informações e indicadores sobre os serviços de saneamento ambiental e a qualidade sanitária do Município;

II - Subsidiar o Conselho Gestor de Saneamento Ambiental na definição e acompanhamento de indicadores de desempenho dos serviços públicos de saneamento;

III - Avaliar e divulgar os indicadores de desempenho dos serviços públicos de saneamento ambiental, na periodicidade indicada pelo Conselho Gestor de Saneamento Ambiental;

§ 1º Os prestadores de serviço público de saneamento ambiental fornecerão as informações necessárias para o funcionamento do Sistema Municipal de Informações em Saneamento, na forma e na periodicidade estabelecidas pelo Conselho Municipal de Saneamento.

§ 2º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Ambiental serão estabelecidas em regulamento.

CAPÍTULO III Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 25. Integra a presente Lei o Anexo I que trata do Primeiro Plano Municipal de Saneamento Ambiental de Penápolis com vigência no quadriênio 2008-2011.

Art. 26. Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento ambiental serão reorganizados para atender o disposto nesta Lei.

Art. 27. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua promulgação.

Art. 28. O Conselho Gestor de Saneamento Ambiental deverá ser instalado pelo Executivo Municipal no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da promulgação desta Lei.

Art. 29. O poder Executivo Municipal instalará o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, no prazo máximo de 2 (dois) anos a partir da promulgação desta Lei.

Art. 30. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.



Prefeitura Municipal de Penápolis

Administração 2009 / 2012

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS, em 15 de dezembro de 2011.


JOÃO LUÍS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no Serviço de Expediente e Patrimônio da Secretaria Municipal de Administração, em 15 de dezembro de 2011.


EVANDRO HENRIQUE MOREIRA
Secretário Municipal de Administração

Jornal: Popular
Data: 17/12/11 Página: 08
Dia da Semana: Sábado